



COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Afonso Zarth

A colonização e a imigração europeia no Rio Grande do Sul podem ser analisadas como parte de um projeto de políticas públicas articulado ao longo do século XIX para a superação de um conjunto de problemas que afetavam a Província. Entre os

principais problemas apontados por autoridades militares, cronistas e governantes locais, merecem especial destaque: a baixa densidade demográfica, o latifúndio, as dificuldades de abastecimento e carestia, a falta de mão-de-obra livre e a escravidão.

A grande propriedade e os problemas demográficos

A história da ocupação do território rio-grandense por povos não-indígenas pode ser compreendida a partir do conhecido Relatório do Brigadeiro Francisco João Roscio, em seu “Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro até o Distrito e Governo de Santa Catarina”, de 1775, no qual descreve o processo de apropriação de terras e os problemas dele decorrentes.

As terras fechadas ou terminadas entre as raías declaradas nesta relação, todas estão povoadas, mas todas desertas. Cada morador não se contenta com poucas léguas de terra, entendendo que todas lhe serão precisas, ainda que só se servem de uma insignificante parte junto à sua cabana, e por isso, ainda que toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e tem senhorio.¹

¹ Grifos nossos. ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro até o Distrito e Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações e notícias que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774 a 1775. In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981. p. 160.

A observação de Roscio não é isolada, pois diversas autoridades regionais escreveram queixas semelhantes até meados do século XIX. Para dar mais alguns exemplos, em 1808, Manuel Antonio Magalhães denunciava ao Rei D. João VI que

O abuso que há desta capitania de terem alguns moradores tomado três, quatro sesmarias com dez, doze e mais léguas de terras é prejudicialíssimo não só a S. A. R. (Sua Alteza Real), mas aos povos em geral; ao mesmo tempo que há famílias que não possuem um palmo...²

² MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanaque da Villa de Porto Alegre, com Reflexões sobre o Estado da Capitania do Rio Grande do Sul (1808). *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Tomo XXX, 1ª Parte, Vol. 34, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867. p. 43-55.

Em 1849, o presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andréa comenta em seu relatório que:

... um dos obstáculos que se tem oposto nesta província ao desenvolvimento da agricultura é a existência de grandes fazendas ou antes de grandes desertos, cujos donos cuidando só e mal da criação tem o direito de repelir de seus campos as famílias desvalidas que não tem aonde se conservar em pé.³

³ ANDREA, Francisco José de Souza Soares, (Tén. Gen). Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de Junho de 1849. (Manuscrito) Acervo do Museu da Assembléa Legislativa do RS.

Tais preocupações com a forma de ocupação do território e a baixa densidade demográfica são, inicialmente, de ordem geopolítica. Os constantes conflitos com os vizinhos do Rio da Prata davam motivo para isso.

Uma proposta

A primeira proposta clara para a solução desses problemas parece ser a de Antonio Gonçalves Chaves. Em suas Memórias Econômico-Políticas escritas para os membros da Constituinte, em 1823, com típica inspiração liberal, sugeriu a distribuição das terras devolutas aos lavradores sob

lotes ou datas de 500 braças quadradas (121 hectares) e, no caso de não existirem terras devolutas, o programa sugeria a desapropriação de parte das terras pela qual os beneficiados pagariam em prazos longos.⁴

⁴ CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, Coleção Erus, 1978 (Edição Fac-Simile da publicação da Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1823). p. 99.

A redistribuição de terras era um projeto plausível e defendido por muitos, mas a resistência do latifúndio pastoril impedia que as grandes estâncias fossem fracionadas.

A solução encontrada pelas elites regionais foi a colonização das áreas florestais, sem alterar a estrutura agrária das zonas pastoris, as quais, no caso do Sul, estavam correlacionadas com as áreas de campo nativo que se espalhavam por todo o sul da província e parte do norte.

A partir da experiência do governo imperial com os colonos alemães, em 1824, a colonização tornou-se uma alternativa plenamente viável e com amplo sucesso. Ao mesmo tempo tornou-se um negócio altamente rentável para os proprietários de terras florestais e para empresários que se dedicaram aos negócios imobiliários.

O projeto das pequenas propriedades agrícolas foi gradativamente efetivado. Como resultado, a província assistiu a um vigoroso crescimento demográfico e à proliferação de milhares de pequenas propriedades agrícolas espalhadas pelo território, num movimento que, partindo das proximidades dos centros econômicos do eixo Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande, expandiu-se pelos vales e serras até atingir o planalto e o extremo norte.

Campos de pastagens e florestas

A dicotomia campo de pastagens/floresta como fenômeno importante no processo de ocupação e apropriação do solo e da formação da estrutura agrária foi objeto de um estudo, hoje clássico, realizado pelo geógrafo Nilo Bernardes. Em “Bases Geográficas do Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul”, ele observou que

*correlacionando-se estas diferenças de paisagem com as densidades demográficas, o resultado é chocante. Em poucos quilômetros, passa-se de uma área de 30 ou 40 habitantes por quilômetro quadrado para outra de 3 ou 5, por exemplo.*⁵

⁵ BERNARDES, Nilo. Bases Geográficas do Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, n. 171, Nov.-Dez. 1962. p. 32.

O geógrafo observou ainda que tais condições não estavam relacionadas com o relevo ou a presença de grandes rios ou com o clima, como é comum observar. As diferentes paisagens culturais estavam delimitadas pela presença do campo nativo ou da floresta. O autor confirma as afirmações com uma série de dados demográficos e da estrutura

agrária, pelos quais se percebe nitidamente a baixa densidade das zonas de campo nativo em relação às áreas de florestas, estas, no caso, transformadas em pequenas propriedades agrícolas.

Seguindo o raciocínio de Bernardes, organizamos uma estatística com dados do ano 1900. Podemos observar claramente as diferenças demográficas entre os municípios de origem pastoril e os originados das colônias de imigrantes. Alguns municípios da campanha, como Santana do Livramento, apresentavam índices de apenas 3,18 hab/km² contra 23,41 hab/km² de Caxias do Sul, 11,64 hab/km² de Santa Cruz do Sul e de 23,81 hab/km² em São Leopoldo.⁶

Esses dados estatísticos revelam que a colonização resolveu com sucesso o problema da baixa densidade demográfica, reclamada durante décadas pelas autoridades locais.

Colonização e abastecimento

Outro problema grave apontado pelas autoridades e cronistas do século XIX era a escassez de alimentos e a carestia. Nas primeiras décadas do século XIX, o Rio Grande não produzia alimentos suficientes para alimentar a população local, principalmente para abastecer as tropas militares, nas diversas guerras que ocorreram nesse período. Os colonos açorianos que tiveram sucesso como produtores de trigo até os anos 1820, acabaram transformando-se em pecuaristas. Os presidentes da província, pelo menos até os anos 1860, queixavam-se da falta de agricultura de subsistência e da excessiva atenção à pecuária. No sul, como em outras áreas, as atividades mais rentáveis atraíam os produtores, desviando-os da produção de gêneros de subsistência. Além da pecuária, encontramos outro exemplo desse fenômeno no inquérito de 1858, respondido pela Câmara de São Borja, segundo a qual os problemas com a produção de gêneros alimentícios no município decorria, entre outros fatores, do fato de a população preferir trabalhar com erva-mate, que estava com bons preços: “Parte das pessoas empregadas na lavoura abandonam este serviço e tem seguido para os ervais ocupando-se neste ramo do comércio...”⁷

Os problemas no sul não eram mais graves porque não existiam cidades muito populosas no Rio Grande do Sul até 1850. As duas paróquias de Porto Alegre, por exemplo, apontavam uma população de 9.500 habitantes em 1847, o que implica considerar que parte dos habitantes morava nas freguesias rurais do município. Os censos indicam que o Rio Grande do Sul possuía uma população de cerca de

⁶ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1981.

⁷ SÃO BORJA. Correspondências da Câmara Municipal. 08-01-1858. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, L. 158, M. 233.

40.000 habitantes em 1803. Em 1814, a população seria de 70.000 habitantes, incluídos mais de 20.000 escravos. Em 1848, para nos limitarmos à primeira metade do século, os dados apontam 187.000 habitantes.

A solução encontrada pelas autoridades e críticos para a questão do abastecimento era a imigração de europeus. A colonização, nesse sentido, foi um sucesso inquestionável: milhares de colonos em seus lotes relativamente pequenos não tinham alternativa a não ser produzir alimentos para o mercado. Assim, no último quartel do século XIX, a produção de alimentos assumiu grande importância na pauta de exportações da província. Além de abastecer a própria província, os colonos abasteciam o mercado interno brasileiro. Os principais produtos de origem colonial que impulsionaram a agricultura foram: banha de porco, produzida a partir do milho que alimentava os suínos, farinha de mandioca, feijão, batata inglesa, fumo e vinho.⁸

As primeiras exportações significativas de alimentos datam dos anos 1850. Em 1860, já atingiam 5,4% do total exportado pela província. Uma cifra pequena se compararmos com a exportação dos produtos das estâncias. Nesse mesmo ano as exportações de charque, couro e lã representaram 75% do total. Mas o quadro foi-se alterando gradativamente e a participação da agricultura subiu para 6,3%, em 1880, e para 33%, em 1890. No mesmo período, os produtos tradicionais das estâncias caíram proporcionalmente para 55%, em 1890.⁹

Em relação à carestia, o aumento da oferta de produtos agrícolas colaborou para superar a dificuldade, conforme a expectativa.

Fechando os espaços de indígenas e nacionais

A onda incessante de imigração e colonização implicou encurtar drasticamente o espaço dos povos indígenas e dos camponeses nacionais, estes identificados pela literatura e pelos documentos oficiais como caboclos, sertanejos, caipiras ou lavradores nacionais. Por outro lado, a colonização privada e mesmo a oficial, retiraram do domínio público terras utilizadas por muitos lavradores nacionais, os quais, baseando-se em práticas costumeiras, pouco se valiam de títulos legais para as terras que ocupavam. O caso mais visível dessa expropriação dos camponeses nacionais foi o dos ervais públicos do Alto Uruguai, que gradativamente passaram para mãos privadas através de mecanismos pouco lícitos. Como se pode imaginar, os camponeses pobres

⁸ ABREU E SILVA, F. C. de (org.) Retrospecto Econômico e Financeiro do RS – 1822-1922. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 8, dez. 1922.

⁹ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p. 253.

tinham poucas chances de reclamar seus direitos numa sociedade autoritária comandada pela elite rural latifundiária, que caracterizava o Rio Grande do século XIX.¹⁰

O próprio governo do Rio Grande do Sul reconheceu o fato e tentou soluções através do Serviço de Proteção aos Nacionais. A primeira experiência ocorreu na colônia mista de Santa Rosa, criada em 1915, onde viviam centenas de famílias de camponeses nacionais. O governo estabeleceu nesta colônia um projeto de amparo aos nacionais, que basicamente consistia em vender-lhes lotes com certas vantagens em relação aos colonos de origem européia. Tratava-se de uma tentativa do governo de transformar os camponeses nacionais em colonos, a partir da convivência num mesmo espaço. O projeto fracassou na medida em que não considerou o estilo de vida dos camponeses nacionais, diferente do estilo adotado pelos colonos.

Assim como no Brasil, de um modo geral, as concepções mais comuns em relação ao camponês nacional no Rio Grande do Sul referem-se ao seu suposto isolamento. Nessa forma de ver, o caboclo estaria à margem do mercado, daí os motivos para muitas queixas sobre a indolência, a marginalidade e a ociosidade. Na verdade, os camponeses nacionais do Sul não estavam isolados e nem totalmente fora do mercado. Um exemplo notável da sua inserção nas atividades de produção de mercadorias é a cultura de erva-mate. Milhares de camponeses nacionais dedicavam-se ao extrativismo do mate, produto exportado para os países do Prata e consumido internamente.

Esses camponeses, considerados isolados e indesejados, na verdade formavam no Rio Grande do Sul um contingente populacional que fornecia peões para as estâncias e para o trabalho de desmatamento inicial das colônias oficiais e particulares. Quando se fala do árduo trabalho de desmatamento realizado pelos colonos imigrantes, não se pode esquecer que em muitas colônias os nacionais eram contratados para a demarcação dos lotes, a abertura das estradas, as construções de prédios oficiais. Quando a região serrana recebeu os colonos alemães e italianos, os caboclos “foram seus auxiliares preciosos por serem práticos e baratos”, nas palavras de Aristides Gomes.¹¹

Diante da abundância de terras virgens, também fica claro que a submissão desses trabalhadores a um mercado de trabalho era algo relativamente complexo e lento. A possibilidade de sobrevivência desses homens livres no interior das florestas da fronteira agrícola implicava algum tipo de relação comercial com o mercado ou com estancieiros

¹⁰ Esses aspectos da história dos camponeses nacionais deverão ficar mais claros com os novos estudos que vêm sendo realizados nos cursos de pós-graduação em História. Ver, como exemplo recente: CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004 (Dissertação de Mestrado em História da América Latina).

¹¹ GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Cruz Alta: A. Dal Forno Editor, 1966. p. 250.

próximos. Caso contrário, as condições de vida seriam extremamente reduzidas a níveis incompatíveis com a experiência adquirida numa sociedade cujos padrões econômicos e sociais eram superiores aos dos povos indígenas da província, com os quais disputavam o espaço.

Nas imensas florestas do Alto Uruguai os camponeses nacionais, através da venda da erva-mate, podiam adquirir no mercado produtos industrializados e os meios de vida e de trabalho que a floresta não poderia oferecer. Nas áreas onde não havia produção de mate, a possibilidade de reunir recursos econômicos para adquirir bens de consumo no mercado passava pela venda de trabalho esporádico para os estancieiros, para as companhias de colonização e para o Estado, na construção de obras ou em serviços de polícia. Na condição de agregados ou de posseiros, os camponeses mantinham relações com as estâncias e com os centros de comércio, levando produtos da floresta ou de suas roças – ervas medicinais, aves, pequenos animais, alimentos e tudo mais – para vender ou trocar.

A abundância de terras virgens não significava que o camponês pudesse viver de modo independente e isolado. Na medida em que se relacionava com o mercado, mesmo precariamente, submetia-se de alguma forma ao controle de grupos mais poderosos, fazendeiros e comerciantes, que detinham o poder político e militar da província. Nesse sentido, os desertores das constantes guerras do Sul eram mesmo caçados nas florestas. Sobre a convocação para as guerras civis, o coronel Aristides Gomes afirma que a maioria dos caboclos “acompanhava por bem, mas muitos eram trazidos a maneador”¹².

Uma análise sobre a população de trabalhadores livres nacionais pode ser efetuada a partir dos dados demográficos oficiais produzidos ao longo do século. A população de escravos representava 35% no início do século e caiu para 15% em 1872; mas, em números absolutos, subiu de 12.970 para 77.588 em 1863, caindo para 67.791 no censo de 1872, num aumento de cerca de 6 vezes.¹³ A população livre cresceu 15 vezes no mesmo período. Considerando que as áreas de campo estavam ocupadas por grandes proprietários, a expansão da população rural se dava a partir da incorporação de áreas florestais, conforme o movimento da fronteira revela, além, é claro, da expansão urbana e da subdivisão dos latifúndios.

A expansão nas áreas devolutas parece ter sido o movimento natural da população. A sobrevivência implicava ali alguma forma de relação com o incipiente mercado de

¹² GOMES, Aristides de Moraes. *Op. cit.*, p. 250.

¹³ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.*

trabalho rural. Esse aumento populacional, associado ao fato de não haver aumento na demanda de trabalho nas estâncias pastoris, revela porque a escravidão pôde ser extinta no Rio Grande do Sul sem grandes transtornos. Evidentemente que este aumento demográfico é em boa parte decorrente da imigração européia; mas, em 1872, a imigração estava limitada aos alemães e ainda não havia iniciado o forte fluxo de italianos e de outros povos europeus.

Substituindo escravos africanos por nacionais livres

A falta de oferta de mão-de-obra livre na província era compensada pela importação de escravos africanos nas mais diversas atividades econômicas, inclusive nas estâncias pastoris. A análise de uma amostra de inventários *post-mortem* de estancieiros de diversos municípios do século XIX, revela que mais da metade dos inventariados possuía escravos, numa média de 6,5 por proprietário. Nos municípios com economia fortemente pastoril ou com charqueadas, o índice de escravos nos inventários está acima da média geral de 52,3%. Na colônia de São Leopoldo, ao contrário, o índice baixo mostra que os pequenos proprietários agrícolas raramente utilizavam cativos e os 26,9% são reflexos das atafonas, curtumes e olarias. Cruz Alta, no planalto, e São Borja, na região missioneira, eram áreas onde a presença de uma população livre dedicada ao extrativismo da erva-mate pressionava os índices para baixo. Desconsiderando-se as distorções ocasionadas por essas fontes, tem-se um quadro bastante representativo da presença da escravidão nas diversas regiões. Os escravos dividiam-se em todas as atividades no interior da estância, conforme fica evidente nos inventários *post-mortem*.¹⁴

¹⁴ ZARTH, P. A. *Op. cit.*, p. 113.

Convém ressaltar que, ao contrário do caso de São Paulo, os imigrantes europeus – do Norte da Europa e da Itália –, não migraram para o Rio Grande do Sul para substituir escravos e sim para ocupar terras como camponeses absolutamente independentes, com uma estrutura produtiva e de circulação organizada e planejada pelas companhias de colonização ou pelo Estado. Os camponeses nacionais, por sua vez, adiantavam-se na fronteira agrícola em condições muito precárias, características das frentes de expansão. Ao mesmo tempo, é fundamental recordar que os imigrantes fechavam gradativamente as possibilidades dos nacionais de se reproduzirem como camponeses independentes nas zonas florestais, na medida em que iam fechando todos os espaços disponíveis.

O crescimento da população de camponeses, agregados, posseiros, extrativistas de mate e despossuídos de um modo geral, forneceu a mão-de-obra para a crescente demanda do trabalho livre, em substituição ao trabalho escravo. Deve-se considerar ainda que o tipo de demanda de trabalho no mundo rural gaúcho não era suficientemente regular para criar um mercado de trabalho; parte dos trabalhadores rurais viviam como camponeses e atendiam à demanda sazonal, característica da atividade agropastoril. Desse modo, criavam-se formas de trabalho em que o salário era ocasional e em muitos casos o trabalhador prestava serviços em troca do direito de uso da terra do proprietário, como no caso do agregado.

Por outro lado, o trabalho assalariado somado ao da escravidão foi importante no Rio Grande do Sul, como no Brasil de um modo geral. Embora os trabalhadores livres estivessem presentes nas estâncias durante boa parte do século XIX, eles não davam conta de atender toda a demanda de serviço, levando os estancieiros a comprar escravos.

Embora existissem pequenos e médios estabelecimentos pastoris nas áreas de campo, a maior parte das terras era ocupada por latifúndios. Como resultado do modelo de apropriação do espaço rio-grandense, configurou-se uma estrutura agrária constituída, grosso modo, de grandes propriedades pastoris de um lado, e de pequenas propriedades agrícolas de outro. Essa constatação revela uma estratégia muito bem desenvolvida pelos grandes proprietários rurais no sentido de atenuar os efeitos nocivos decorrentes da excessiva concentração de terras na atividade pastoril.

Antônio Gonçalves Chaves ficaria muito satisfeito se pudesse ver a província no final do século XIX. Sua proposta escrita em 1822, inspirada no liberalismo dos ideólogos ingleses, foi, pelo menos em parte, colocada em prática ao longo do século, com as devidas adaptações.

Paulo Afonso Zarth é graduado e doutor em História e professor dos cursos de História e de Pós-graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

p.zarth@uol.com.br